

A enfermagem diante da mulher negra vítima de violência

The nursing before the black woman victim of violence

DOI:10.34119/bjhrv6n1-029

Recebimento dos originais: 05/12/2022

Aceitação para publicação: 05/01/2023

Carlos Daniel Messias da Silva

Bacharelado em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. Cônego Machado, 918, Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-160

E-mail: contato.danielbecker@gmail.com

Jhessica Tais Ribeiro da Silva

Bacharelada em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. Cônego Machado, 918, Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-160

E-mail: ribeirojhessica2017@gmail.com

Jandson de Oliveira Soares

Especialista em Urgência Emergência e UTI

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. Cônego Machado, 918, Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-160

E-mail: jandson.oliveira@cesmac.edu.br

Alessandra Nascimento Pontes

Doutora em distúrbios do desenvolvimento

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. Cônego Machado, 918, Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-160

E-mail: profanpontes@gmail.com

RESUMO

Por estética de cor/raça e gênero feminino, as mulheres negras brasileiras sofrem veemente múltiplas violências nos mais diversos ambientes, impostas brutalmente por uma sociedade racista e escravocrata. Objetivo: Sendo assim, o objetivo deste artigo é discorrer sobre a atuação da Enfermagem diante das mulheres negras que são submetidas aos mais diversos tipos de violência. Métodos: Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão de literatura. Para realização do levantamento de dados científicos, foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Objetivando o levantamento dos artigos, foram utilizados os descritores seguintes: “Violência contra as Mulheres” AND “Atenção integral á mulher” AND “Assistência integral à Saúde” AND “Vulnerabilidade social”, no período de 2018 a 2022. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2022. Resultados: A partir dos artigos selecionados, houve a discussão entre os respectivos autores sobre questões envolvendo as origens, consequências e assistência de Enfermagem diante da mulher negra vítima de violência. Considerações finais: Faz-se necessário a inclusão de mais políticas públicas em escolas e universidades a cerca do tema, para que objetivem a erradicação de todo e qualquer

nível de violência á mulher, bem como o extermínio do preconceito racial que diminui, degride, humilha hipersexualiza e hostiliza a cor negra. Bem como, torna-se extremamente necessário o cumprimento da legislação vigente neste país, que protege vítimas e pune o agente causador da agressão.

Palavras-chave: violência contra a mulher, enfermagem, saúde da mulher negra.

ABSTRACT

Due to the aesthetics of color/race and female gender, black Brazilian women vehemently suffer multiple forms of violence in the most diverse environments, brutally imposed by a racist and slave-owning society. Objective: Being assom, the objective of this article is to discuss the role of Nursing in front of black women who are subjected to the most diverse types of violence. Methods: This article was prepared from a literature review. To carry out the scientific data survey, searches were carried out in the following electronic databases: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), International Literature in Health Sciences (MEDLINE), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) . Aiming at surveying the articles, the following descriptors were used: “Violence against Women” AND “Integral attention to women” AND “Integral Health Assistance” AND “Social vulnerability”, in the period from 2018 to 2022. The research was carried out between the months of September and October 2022. Results: From the selected articles, there was a discussion between the respective authors on issues involving the origins, consequences and nursing care for black women victims of violence. Final considerations: It is necessary to include more public policies in schools and universities on the subject, so that they aim to eradicate any and all levels of violence against women, as well as the extermination of racial prejudice that diminishes, degrades, humiliates hypersexualizes and hostilizes the color black. As well as, it is extremely necessary to comply with the legislation in force in this country, which protects victims and punishes the agent causing the aggression.

Keywords: violence against women, nursing, black women's health.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo fora desenvolvido com o principal escorpo, o fenómeno da violência sofrida por mulheres negras, através de seus principais âmbitos de vida a qual sofre violência. Possuindo assim, como principal objetivo a ser pesquisado, mulheres negras vítima da sociedade escravocrata e preconceituosa. A fim de tornar cada vez mais pública a invisibilidade de violência sofrida por essas mulheres em seu dia dia. Tendo como estigma aspectos psíquicos, pessoais, sociais, económicos, culturais e ambientais por onde sofre discriminação, violência e racismo. Vítimas de sequelas físicas e psíquicas que podem ser carregadas por toda vida, quando o tipo de atentado contra a mulher negra não torna-se a perca do direito a vida através do feminicídio (BRASIL,1988). A população permanece ainda com pensamentos e estigmas escravocratas, onde a mulher negra permanece sendo hipersexualizada, objetificada,

inferiorizada, totalmente isenta de privilégios. Sendo interrogada e indagada quando atinge posições de grandiosidade e soberania. (DIANGELO; MARCIONILO, 2020).

A partir da necessidade, as ações de enfermagem diante a mulher negra vítima de violência, caracteriza-se e nasce a partir do atendimento técnico-científico, humanizado, individualizado e livre de indagações. Concentrando o atendimento ao acolhimento, suporte preciso e/ou necessário. Nos meses de abril, maio e junho de 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSB) realizou uma parceria com o Banco Mundial e realizaram o lançamento de três notas técnicas, onde constataram que nos meses citados acima, houve uma queda nos registros policiais de ameaça, lesão corporal e violência sexual contra mulheres. Em contrapartida, no mesmo período de meses, houve um considerável aumento nos casos de feminicídios. É responsabilidade do Enfermeiro realizar comunicado imediato ao SISNOV – Sistema de Notificação de Violência, acionar os órgãos de segurança e programas de assistência sociais disponíveis na região. (BEZERRA, 2018).

Em 07 de agosto de 2006, fora aprovada a Lei Maria da Penha – Lei 11340/06, dispondo de mecanismo e ferramentas coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; dispõe sobre a criação de Juizados de Violência doméstica e familiar contra a mulher.

Por sua vez, mulheres em situação de vulnerabilidade social, estão mais expostas as situações de violência em todos ambientes. Muitas vezes, a vítima não busca atendimento de saúde, psicológico e nem mesmo realiza a denúncia devido a condições econômicas e de vulnerabilidade social que encontra-se. No geral, não há a execução efetiva de um suporte à vítima. Dessa forma, a pauta de mulher negra vítima das mais diversas violências, torna-se um problema que nem mesmo é nomeado, pois não existe discussão para soluções de causas que nem foram ditas. (RIBEIRO, 2020).

Após ser vítima de violência, além de precisar submeter-se a uma sequência de invasões, por mais humanizadas que possam ser, a mulher passa por um processo psíquico particular e totalmente individualizado. Profissionais de saúde, incluindo Enfermeiros, através da sensibilidade, escuta ativa e ampliada, através da capacidade humana de empatia, com atenção aos sinais produzidos nesses atendimentos, são capazes de identificar potenciais prognósticos depressivos, fobias, ansiedade, problemas alimentares, transtornos pós-traumáticos e até sinais suicidas. (CARVALHO, 2022).

Mulheres negras são as que mais sofrem violência no Brasil. São as que mais denunciam agressões. São as maiores vítimas de homicídio e feminicídio. É o que mostram dados

estatísticos. As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e raça. O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para as histórias dessas mulheres que sofrem violência. Apesar da Lei Maria da Penha, as mulheres negras continuam sendo assassinadas sem a proteção do estado e sem a proteção do movimento de mulheres (SILVA, 2022).

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no primeiro semestre de 2016, os atendimentos do Ligue 180 indicaram um total de 555.634 ligações, das quais 59,71% foram feitas por mulheres negras, a maioria das denúncias feita pela própria vítima (67,9%). Esse dado assusta e converge com a literatura, no que tange à solidão da mulher negra. No Brasil, a ausência de recorte de gênero e racial em pesquisas na área de Psicologia e Psicanálise sobre o tema da violência é marcante, tal como nos debates políticos e teóricos. Todavia, é impossível negar que, se a violência de gênero atinge todas as mulheres, às negras e às indígenas ainda se acrescenta uma violência de outra natureza: a violência racial/étnica. Apesar desses dados, fundamenta-se e justifica-se a profundidade deste conteúdo, uma vez que diante deste cenário, vem a necessidade de saber o que a saúde tem feito em prol desse grupo de mulheres em relação à assistência e ações (WAISELFISZ, 2018).

Este estudo de revisão tem por finalidade, trazer clareza, quebra de tabus, desromatização da mulher negra que precisa passar por sofrimento e violências. Toda via, visa traduzir a problematização da mulher negra vítima de violência e destacar a atuação fundamental do Enfermeiro na assistência a essas pacientes em seus momentos de mais necessidade, fragilidade e perda de seus conceitos e princípios básicos humanos. Encorajar mulheres negras vítimas de violência a buscar atendimento profissional de saúde e não menos importante, realizar o comunicado aos órgãos de Segurança Pública de seu Estado através do B.O. – Boletim de Ocorrência, para que possa fazer-se-á cumprir a legislação vigente conquistada pelas mulheres e apoiadores desta causa. (DESLANDES, 2022).

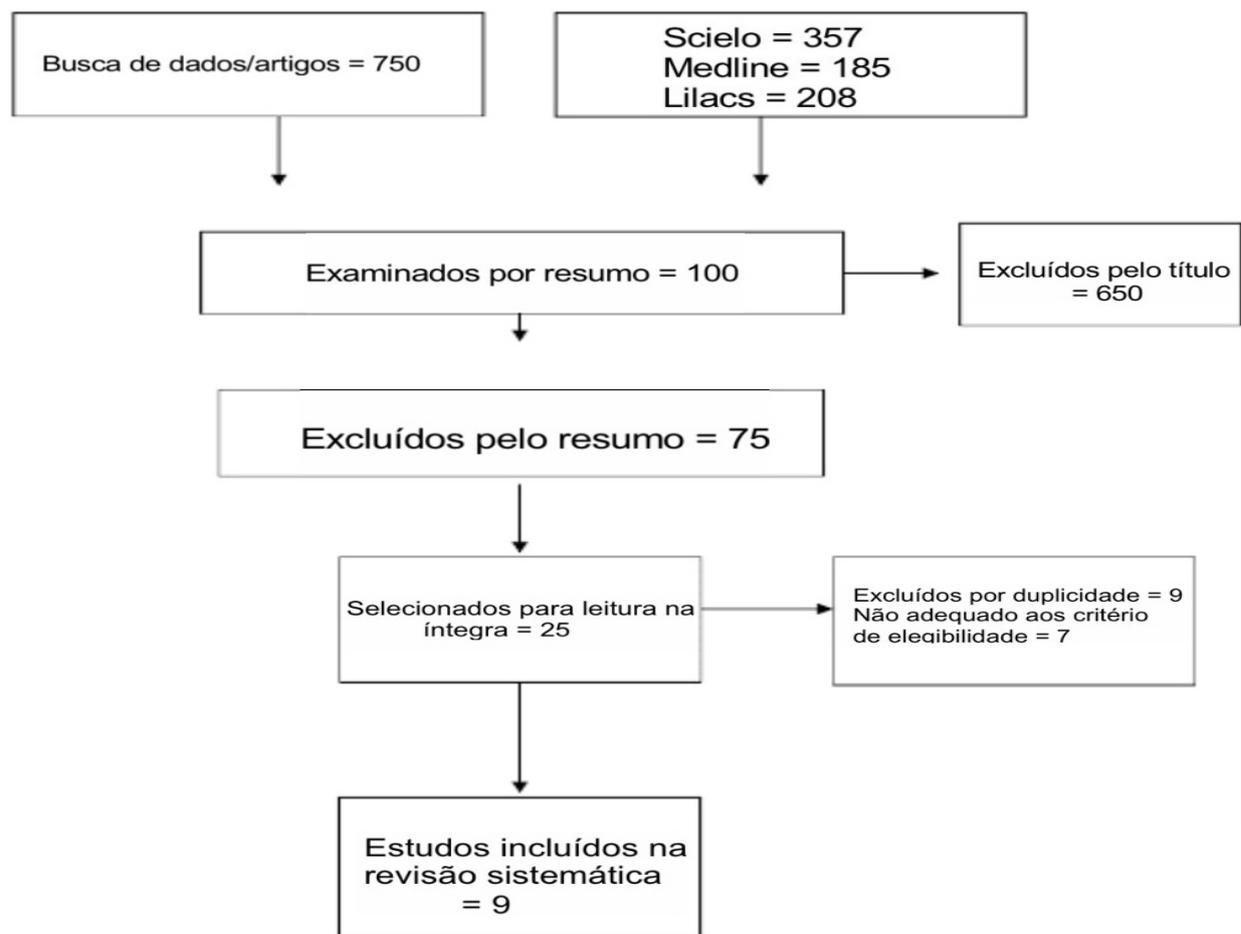
2 METODOLOGIA

O presente estudo nasce a partir de uma revisão de literatura. Esse tipo de pesquisa origina-se a partir de um procedimento de análise e descrição de um eixo do conteúdo abordado, buscando resposta para uma pergunta específica, já determinada por essa pesquisa. Autoriza-se a utilização de material relevante para o tema: Registros históricos, artigos periódicos, artigos de jornais, livros, teses, dissertação de outros temas e relatórios governamentais (MATTOS, 2015).

Para realização do levantamento de dados científicos, foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Objetivando o levantamento dos artigos, foram utilizados os descritores seguintes: “Violência contra as Mulheres” AND “Atenção integral à mulher” AND “Assistência integral à Saúde” AND “Vulnerabilidade social”, no período de 2018 a 2022, onde foi obtido um resultado total de 750 artigos. A pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2022.

A partir dos 750 artigos encontrados, foram selecionados 100 artigos para leitura de seus respectivos resumos, onde 25 foram escolhidos para leitura na íntegra. Foi realizado também pesquisas em teses, livros, notas técnicas do Ministério da Saúde, como Política Nacional de Mulher e Política Nacional da Pessoa Negra. Onde a partir dos 25 artigos escolhidos para leitura na íntegra, 9 foram escolhidos para elaboração deste esboço.

Figura 01: Fluxograma modelo prima das buscas de dados e refinamento.



Fonte: autores (2022).

3 RESULTADOS

Quadros 01: artigos selecionados para discussão

Título / artigo	Autor	Revista/ ano	Objetivo	Resultados
Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?	SILVA, et al. 2019.	<i>Saúde Soc</i> ; 28(2): 187-200, abr.-jun. 2019.	Analisar o acesso à atenção e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual, entre de outubro a novembro de 2016	Revelou-se a escassez de recursos humanos e materiais, precariedade estrutural e morosidade dos processos policiais e jurídicos, a fragilidade da rede de atenção, a revitimização nos espaços de atendimento e a criação de leis específicas para a proteção da mulher, apesar da ausência de diálogo acerca das desigualdades de gênero e dos direitos humanos e a escassa participação da mulher nos espaços políticos decisórios.
Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: revisão da literatura nacional	NUNES, et al. 2021.	<i>Psicol. ciênc. prof.</i> ; 41: e227527, 2021.	Descrever as práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual (VS) atendidas em diferentes contextos, como Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e hospital, a fim de investigar as características desses profissionais, o contexto de trabalho e as atividades desenvolvidas.	Entre os achados sobre o contexto de trabalho e as atividades desenvolvidas, evidenciou-se: o despreparo para o atendimento das demandas de abuso sexual, precárias condições de trabalho, falta de suporte técnico adequado para atuação com os casos de VS e uma insuficiente rede de apoio aos profissionais diante do trabalho exaustivo.
A mulher lésbica é mulher para a Lei Maria da Penha?	MOURA, Samantha Nagle Cunha de; RAMOS, Marcelo Maciel.	Revista Direito e Praxis 13 (2) • Apr-Jun 2022	Demonstrar, com esse trabalho, a necessidade urgente de uma perspectiva interseccional sensível à orientação sexual no combate à violência doméstica.	A partir de aportes feministas e <i>queer</i> , sobretudo da criminologia, localizamos as bases históricas e teóricas do debate

				sobre violência doméstica para discutir a domesticação do feminismo da Lei Maria da Penha pelo direito e como ele reinscreve mulheres lésbicas em estereótipos de gênero heterossexistas.
Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas	MELO, Cristiane Magalhães de; SOARES, Marcela Quaresma; Paula Dias BEVILACQUA.	Ciência & saúde coletiva 27 (09) • Set 2022	Caracterizar os casos de violência sexual (VS) contra mulheres, em Minas Gerais-MG, investigando a associação entre a atenção prestada nos casos de estupro, ao tipo de unidade de saúde que realizou o atendimento (especializada ou não).	Os resultados demonstraram a importância da continuidade do investimento na qualificação e ampliação da rede de atenção à VS, e, também, a importância da melhor distribuição territorial das unidades de referência em MG.
Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020	CHAGAS, Elisângela Rodrigues; OLIVEIRA, Fernando Virgílio Albuquerque de; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia.	Saúde em debate 46 (132) • Jan-Mar 2022	Analisar o comportamento da curva de crimes violentos, letais e intencionais contra mulheres, no estado do Ceará, nos últimos anos e discutir acerca dos aspectos que envolvem a curva epidemiológica dos crimes letais contra a mulher, principalmente com o início da pandemia de Covid-19.	Constatou-se que a violência contra a mulher no estado do Ceará encontra-se em ascensão e que anos com eventos sanitários atípicos, como a pandemia da Covid-19, tendem a impactar negativamente a vida em sociedade e mais diretamente a vida das mulheres.
Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa	Bezerra JF, Lara SRG, Nascimento JL, Barbieri M	Revista Brasileira em Promoção da Saúde - 2017	Analisar evidências sobre a produção científica a respeito da assistência à mulher em situação de violência sexual (VS), com foco na sua percepção, bem como na dos profissionais de saúde, e na relação com as políticas públicas de saúde no Brasil.	O atendimento integral preconizado pelo Ministério da Saúde é desrespeitado em 87,5% dos estados do país, devido aos ambientes ambulatoriais inadequados e aos profissionais incapacitados para atender às mulheres segundo as normas. Predomina a assistência medicalizada, tradicional e fragmentada, que valoriza o modelo

				hegemônico biomédico e despreza ações de caráter preventivo e de promoção à saúde. As mulheres desconhecem os seus direitos, e sofrem reflexo de uma sociedade que ainda a culpabiliza pela agressão sofrida.
Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais	CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise.	Galáxia (São Paulo) (43) • Jan-Apr 2020	Comparar as representações de mulheres negras e brancas em bancos de imagens digitais, com o intuito de identificar se há diferenças nos resultados de busca apresentados pelos seus algoritmos	Analisando comparativamente mais de 2.500 imagens, percebeu-se que as mulheres negras são mais representadas sozinhas com seus filhos do que as mulheres brancas; a palavra-chave “family” resulta em maioria expressiva de famílias brancas; e a pesquisa por “white family” apresenta mais resultados “infiltrados” de famílias negras como indício de racialização da pesquisa para o algoritmo de busca, que considera a branquitude como normativa e neutralidade.
Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa	CARVALHO, Erika Fernanda Marins de; LAGUARDIA, Josué; DESLANDES, Suely Ferreira.	Ciência & Saúde Coletiva, 27(4):1273-1287, 2022	Analisar como os sistemas de informação sobre violência contra a mulher são retratados pela produção acadêmica nacional e internacional.	O enfrentamento da violência contra as mulheres exige a ação conjunta dos diversos setores das políticas públicas (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social etc.), em concertação com entidades da sociedade civil, com o objetivo de promover ações que fortaleçam a cidadania feminina e garantam um

				atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Esse movimento deve envolver a interação entre os diferentes sistemas de informação intersetoriais e intrasetoriais, a fim de evitar a revitimização da mulher e para termos a real dimensão do fenômeno.
Violência contra a mulher negra do racismo ao estupro	BELONIA, Cinthia da Silva.	Revista Crioula - nº 24 2º Semestre 2019	Analisar a condição da mulher negra no período colonial a partir da narrativa de Isabela Figueiredo, Caderno de memórias coloniais (2010), abordando como o racismo era justificativa para toda a violência sofrida pela mulher negra durante o período colonial em Moçambique.	O estupro da mulher negra, assim como as outras violências sofridas por ela, ocorre justamente por ela ter a cor que tem.

Fonte: Os autores (2022).

4 DISCUSSÃO

Os resultados encontrados nesta pesquisa revelam a presença de lacunas que dificultam o atendimento integral à mulher negra em situação de violência sexual, e que são inicialmente caracterizadas pelas barreiras no acesso aos diferentes dispositivos, especialmente a justiça, que integram a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, o que compromete a articulação intersetorial desta rede (ANTUNES, 2021).

Pasinato (2018) refere que a desqualificação das equipes, a falta de recursos materiais e humanos, as dificuldades que os profissionais enfrentam para o trabalho multidisciplinar e intersetorial integrado em rede contribuem de forma reduzida, ou praticamente não colaboram, para responder efetivamente às mulheres e seu processo de fortalecimento e acesso a seus direitos.

Além disso, uma atuação fragmentada e descontínua, que limita os encaminhamentos, diversas vezes restrita a uma visão assistencialista ou de obtenção de benefícios provisórios, reflete o incipiente entendimento de que seus próprios serviços precisam funcionar como uma “microrrede”, no sentido de garantir às mulheres os seus direitos sexuais e reprodutivos. NO contexto mais abrangente das políticas públicas, ressalta-se, nesta pesquisa, a referência de

gestores e profissionais à ausência de diálogo entre os setores de saúde e segurança e a área de direitos humanos, o que aprofunda a fragilidade desta rede de atenção às mulheres em situação de violência sexual. (PASINATO, 2018, p.424).

Pesquisa realizada por Campos (2018), que teve como objetivo analisar a atuação dos Conselhos Tutelares da cidade do Rio de Janeiro - RJ diante dos casos notificados de abuso e exploração sexual, verificou, entre os profissionais, maior frequência de mulheres, de diferentes faixas etárias, com ensino superior completo, de religião católica, e com carga horária de trabalho média semanal de 30 horas (além de um plantão de final de semana, uma vez por mês) (NUNES, 2021).

Similarmente, esses relacionamentos violentos também se caracterizam pela diminuição da autoestima da parceira, pela utilização de termos pejorativos, pelo monitoramento de redes sociais, por humilhações e pelo medo que causa autocensura e vigilância sobre seus próprios atos (MACEDO, 2020, p. 167-168).

Nestes últimos anos, em que a população vem passando pela pandemia do corona vírus, observou-se que a média total da mortalidade no Ceará foi de 6,4 ($\pm 1,9$) óbitos para cada 100 mil mulheres entre os anos de 2014 a 2020. Os anos que estiveram acima da referida média foram 2017, 2019 e 2020, com 7,7, 10 e 7,1 óbitos a cada 100 mil mulheres, respectivamente (BRASIL: SSPDS, 2020). Quanto à natureza do crime, os três primeiros registros de feminicídio só foram apontados em dezembro do ano de 2017, ou seja, trinta e três meses seguintes à sanção da Lei nº 13.104, totalizando menos de 1% das mortes naquele ano. Nos anos seguintes, o registro de feminicídio continua com porcentagem baixa em relação aos homicídios dolosos. (WAISELFISZ, 2015).

Por fim, também analisou-se que a mulher negra, diferente da branca, não é tratada como frágil e casta. Por conta da escravidão, elas tiveram que realizar trabalhos que necessitassem do uso da força. A natureza feminina da negra escravizada, por exemplo, sempre fora ofuscada já que elas faziam o mesmo trabalho que os homens negros também na condição de escravos. O que diferencia a mulher negra do homem negro nessa mesma situação é o estupro. A mulher tem o seu corpo violentado sexualmente, o homem não (CARRERA, 2020).

A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência sistematicamente evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro” (RIBEIRO, 2018, p. 117). É claro que a mulher branca também está suscetível à violência sexual. No entanto, a negra encontra-se em um grupo mais propício a essa violência, visto que seus corpos já vêm sendo violentamente desumanizados historicamente, “ultrassexualizados, vistos como objetos sexuais.

O enfermeiro desenvolve papel fundamental na assistência integral a mulheres vítimas de violência, sendo um dos principais profissionais responsáveis pelo atendimento iniciando-se com o acolhimento livre de julgamentos ou indagações. Bem como a enfermagem é responsável por garantir o atendimento prioritário a vítima, zelando pela privacidade e uma escuta com respostas positivas, capazes de minorar o sofrimento que a paciente trás consigo, sejam eles físicos ou psicológicos. Bem como, cabe ao profissional enfermeiro em casos de suspeita e/ou confirmação de qualquer tipo de violência contra a mulher, acionar obrigatoriamente o serviço de autoridade policial em um curto prazo de até 24 horas, para que medidas legais sejam tomadas e registro do acontecimento para fins estatísticos (BRASIL, 2019).

5 CONCLUSÃO

A presente revisão, trás consigo a abordagem de enfermagem diante a mulher negra vítima de violência, onde visa tornar sugestiva a reflexão perante aos níveis de discriminação sofridos. Por estética de cor/raça e gênero feminino, as mulheres negras brasileiras sofrem veemente múltiplas violências nos mais diversos ambientes, impostas brutalmente por uma sociedade racista e escravocrata. Ainda assim, lidam com a objetificação e hipersexualização de seus corpos, submetendo a experiências dolorosas e hostis, quer seja física, quer psíquica ou emocional. Através da integralização da cor, raça, gênero e ocupação social, faz-se cada vez mais difícil a presença de mulheres negras em seus lugares na sociedade. Exterminando de forma legal e sufocante, a voz e os direitos dessa população.

Por fim, compreendendo a diferenciação existente imposta brutalmente pelo preconceito racial enraizado na população, tem-se uma visão de vulnerabilidade da cor negra e hipersexualização da mulher, considerada inferior, dependente e não capaz de merecer seus próprios méritos. Faz-se necessário a inclusão de mais políticas públicas em escolas e universidades a cerca do tema, para que objetivem a erradicação de todo e qualquer nível de violência á mulher, bem como o extermínio do preconceito racial que diminui, degride, humilha hipersexualiza e hostiliza a cor negra. Bem como, torna-se extremamente necessário o cumprimento da legislação vigente neste país, que protege vítimas e pune o agente causador da agressão. Findando-se e atestando veementemente a acertiva, bem como indo contra falas populares racistas, faz-se preciso lembrar que não existe a cor do pecado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.R; SANTOS, P de O; CARVALHO, C.M.S de, VIANA, M.R.P, VERAS, J.M de M.F; BATISTA, P.V de S. Atuação da equipe de enfermagem da atenção primária à saúde frente a violência contra a mulher. **REAS [Internet]**. 24maio2022 [citado 8out.2022];15(5):e10281. Available from: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10281>

BELONIA, C. da S. Violência contra a mulher negra: do racismo ao estupro. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 24, p. 214-221, 2019. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2019.163163. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/163163>. Acesso em: 8 out. 2022.

BEZERRA, J da F; DE LARA, S.R.G, do Nascimento JL, Barbieri M. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Rev Bras Promoc Saúde [Internet]**. 28º de fevereiro de 2018 [citado 8º de outubro de 2022];31(1). Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6544>

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. **Galáxia** (São Paulo) [online]. 2020, n. 43 [Acessado 22 Setembro 2022] , pp. 99-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-25532020141614>>. Epub 20 Mar 2020. ISSN 1982-2553. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020141614>.

CHAGAS, Elisângela Rodrigues; OLIVEIRA, Fernando Virgílio Albuquerque de; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia. Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. **Saúde em Debate [online]**. 2022, v. 46, n. 132 [Acessado 22 Setembro 2022] , pp. 63-75. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202213204>>. Epub 21 Fev 2022. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213204>.

DELMORO, I de C de L; VILELA, S de C. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Rev. Enferm. Atual In Derme [Internet]**. 12º de maio de 2022 [citado 26º de agosto de 2022];96(38):e-021239. (Acesso em 08 de outubro 2022) Disponível em: <http://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1273>

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022>
<https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022EN>>. Epub 15 Ago 2022. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022>.

GARCIA, D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **RBSD [Internet]**. 1º de maio de 2020 [citado 8º de outubro de 2022];7(2):p. 97-120. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/381>

MELO, Cristiane Magalhães de; SOARES, Marcela Quaresma; BEVILACQUA, Paula Dias. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2022, v. 27, n. 09 [Acessado 22 Setembro 2022], pp. 3715-3728.

MOURA, Samantha Nagle Cunha de; RAMOS, Marcelo Maciel. A mulher lésbica é mulher para a Lei Maria da Penha? **Revista Direito e Práxis [online]**. 2022, v. 13, n. 2 [Acessado 22 Setembro 2022] , pp. 1168-1199. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66798>>. Epub 10 Jun 2022. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66798>.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; MORAIS, Normanda Araújo de. Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: revisão da literatura nacional. **Psicol. ciênc. prof.**; 41: e227527, 2021. Artigo em Português | LILACS, Index Psicologia - Periódicos | ID: biblio-1346787

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. Companhia das Letras, 2019. STEVANIM, Luiz Felipe et al. Vulnerabilidades que aproximam. 2020. **WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO)**. Coronavirus disease (Covid-19) advice for the public

SILVA, Juliana Guimarães e et al. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? **Saúde e Sociedade [online]**. 2019, v. 28, n. 2 [Acessado 22 Setembro 2022], pp. 187-200. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>>. Epub 01 Jul 2019. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2018: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Flacso Brasil; 2018. [acesso em 2021 dez 18]. Disponível em: http://www.chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=%3A%2F%2Fwww.onu-mulheres.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F04%2FMapaViolencia_2018_mulheres.pdf&cLen=2038082&chunk=true